

Diário do Legislativo de 14/09/2010

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - ORDENS DO DIA

1.1 - Plenário

1.2 - Comissões

2 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 69ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 14/9/2010

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.687/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso, direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários ou integrantes de carteiras de ativos diversos e demais créditos de propriedade do Estado de Minas Gerais. (Faixa constitucional.) (Urgência.) A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição da Emenda nº 2.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.699/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a negociar os direitos e créditos de natureza agrícola securitizados, adquiridos pelo Estado no processo de privatização do Banco do Estado de Minas Gerais S. A. - Bemge - e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S. A. - Credireal -, alongados nos termos da Lei Federal nº 9.138, de 29/11/95, e da Resolução nº 2.238, de 31/1/96, do Banco Central do Brasil, regidos pelas normas específicas dadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN - e dá outras providências. (Faixa Constitucional.) (Urgência.) A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela aprovação das Emendas nºs 2, 3 e 4.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 4.698/2010, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre o estágio probatório no âmbito da Assembleia Legislativa e dá outras providências. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.238/2009, do Deputado Zezé Perrella, que cria no âmbito do Estado de Minas Gerais o Banco de Ossos para fins de transplante e dá outras providências. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.277/2009, da Comissão de Participação Popular, que altera o art. 3º da Lei nº 11.824, de 6/6/95, que dispõe sobre a obrigatoriedade da veiculação de mensagens de conteúdo educativo nas capas e nas contracapas de cadernos escolares adquiridos pelas escolas públicas. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.642/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública - Conseps - localizados no Estado. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.135/2010, do Governador do Estado, que autoriza a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig - a alienar os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 14/9/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 15ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 14/9/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 16ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14 horas do dia 14/9/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.821/2010, do Deputado Irani Barbosa.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.218/2009, do Deputado Domingos Sávio; 3.399/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.935 e 3.953/2009, do Deputado José Henrique; 4.182/2010, do Deputado Délio Malheiros; 4.283/2010, do Deputado Zezé Perrella; 4.326/2010, do Deputado Zé Maia; 4.459/2010, do Deputado Ruy Muniz; 4.613/2010, do Deputado Marcus Pestana; 4.691/2010, do Deputado Carlin Moura; 4.792/2010, do Deputado Leonardo Moreira; 4.833/2010, do Deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.105/2009, do Deputado Paulo Guedes; 3.555/2009, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 3.605/2009, do Deputado Durval Ângelo; 4.266/2010, do Deputado Paulo Guedes; 4.275/2010, do Deputado Arlen Santiago; 4.365/2010, do Deputado Padre João; 4.447/2010, do Deputado Dimas Fabiano; 4.550/2010, do Deputado Padre João; 4.624/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.635/2010, do Deputado Dilzon Melo; 4.638/2010, do Deputado Neider Moreira; 4.657/2010, do Deputado Sávio Souza Cruz; 4.661/2010, do

Deputado Fábio Avelar; 4.708/2010, do Deputado Dinis Pinheiro; 4.750/2010, do Deputado Domingos Sávio; 4.773/2010, do Governador do Estado; 4.776/2010, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 4.777/2010, da Deputada Maria Tereza Lara; 4.779/2010, do Deputado Inácio Franco; 4.782/2010, do Deputado Getúlio Neiva; 4.783/2010, do Deputado Jayro Lessa; 4.785 e 4.786/2010, do Deputado Mauri Torres; 4.794/2010, do Deputado Domingos Sávio; 4.795/2010, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 4.798/2010, do Deputado Elmiro Nascimento; 4.799 e 4.800/2010, do Deputado Durval Ângelo; 4.804/2010, do Deputado Carlos Gomes; 4.809/2010, do Deputado Fahim Sawan; 4.810/2010, do Deputado João Leite; 4.813/2010, do Deputado Padre João; 4.818/2010, do Deputado Wander Borges; 4.825/2010, do Deputado Neider Moreira; 4.826/2010, da Deputada Rosângela Reis; 4.827, 4.828 e 4.829/2010, do Deputado Eros Biondini; 4.831 e 4.832/2010, do Deputado Carlin Moura; 4.834/2010, do Deputado André Quintão; 4.836/2010, do Deputado Juninho Araújo; 4.837/2010, do Deputado Braulio Braz; 4.839/2010, do Deputado Rômulo Veneroso; 4.844/2010, do Deputado Padre João; 4.853/2010, do Deputado Zezé Perrella; 4.861 e 4.862/2010, do Deputado Paulo Guedes; e 4.864/2010, da Deputada Gláucia Brandão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 20ª Reunião Ordinária da Comissão de Administração Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 14/9/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 6.599/2010, do Deputado Wander Borges.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 24ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 14/9/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 6.597/2010, do Deputado Carlin Moura; 6.600/2010, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15h15min do dia 14/9/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Mensagem nº 534/2010, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.610/2010, do Deputado Dinis Pinheiro; 4.724/2010, da Deputada Cecília Ferramenta; 4.768/2010, do Deputado Padre João.

Requerimento nº 6.472/2010, da Comissão de Administração Pública.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno,

convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e 20 horas do dia 14/9/2010, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação do Projeto de Resolução nº 4.698/20, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre o estágio probatório no âmbito da Assembleia Legislativa e dá outras providências; e dos Projetos de Lei nºs 3.238/2009, do Deputado Zezé Perrella, que cria no âmbito do Estado de Minas Gerais o Banco de Ossos para fins de transplante e dá outras providências; 3.277/2009, da Comissão de Participação Popular, que altera o art. 3º da Lei nº 11.824, de 6/6/95, que dispõe sobre a obrigatoriedade da veiculação de mensagens de conteúdo educativo nas capas e nas contracapas de cadernos escolares adquiridos pelas escolas públicas; 3.642/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública - Conseps - localizados no Estado; 4.135/2010, do Governador do Estado, que autoriza a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig - a alienar os imóveis que especifica; 4.687/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso, direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários ou integrantes de carteiras de ativos diversos e demais créditos de propriedade do Estado de Minas Gerais; e 4.699/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a negociar os direitos e créditos de natureza agrícola securitizados, adquiridos pelo Estado no processo de privatização do Banco do Estado de Minas Gerais S. A. - Bemge - e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S. A. - Credireal -, alongados nos termos da Lei Federal nº 9.138, de 29/11/95, e da Resolução nº 2.238, de 31/1/96, do Banco Central do Brasil, regidos pelas normas específicas ditadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN - e dá outras providências; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 13 de setembro de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.753/2010

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do Deputado Délio Malheiros, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Associação Artística Cultural Coro Emap – ACE –, com sede no Município de Além Paraíba.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.753/2010 pretende declarar de utilidade pública a Associação Artística Cultural Coro Emap – ACE –, com sede no Município de Além Paraíba, que possui como finalidade promover e divulgar manifestações artísticas e culturais, estimulando a melhor convivência entre seus associados e a comunidade.

Na consecução de suas metas, a entidade mantém um coral, com o objetivo de desenvolver o aprendizado da música entre crianças e adolescentes, além de firmar convênios com entidades públicas e privadas para subsidiar suas iniciativas.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.753/2010, em turno único.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2010.

Juninho Araújo, relator.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 13/9/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Marcus Pestana

exonerando, a partir de 13/9/10, Carlos Rogério de Castro do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2010

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 66/2010

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 45/2010

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 28/9/2010, às 10 horas, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço, tendo por finalidade a contratação de serviços de manutenção preventiva em subestações de energia elétrica.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79 (Ed. Tiradentes), 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 13 de setembro de 2010.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

Termo de Aditamento

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Artebrilho Multiserviços Ltda. Objeto: prestação de serviços gerais de vigia nas dependências da Assembleia. Objeto do aditamento: revisão, nos termos da cláusula quinta do contrato. Vigência: 1º/1/2010 a 16/7/2010. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

Termo de Aditamento

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Oracle do Brasil Sistemas Ltda. Objeto: serviço de atualização de licença de "software" e suporte. Objeto do aditamento: 2ª prorrogação. Vigência: 12 meses, de 1º/9/2010 a 1º/9/2011. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

Termo de Aditamento

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Oracle do Brasil Sistemas Ltda. Objeto: serviço de atualização de licença de "software" e suporte. Objeto do aditamento: retificação da vigência. Vigência: 12 meses, de 1º/9/2010 a 31/8/2011. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

PROCESSO Nº 1011012 000094/2010 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Objeto: renovação da assinatura da "Revista Forense" – periodicidade bimestral (assinatura para o período de janeiro de 2009 a dezembro de 2010), incluindo 12 exemplares (nºs 401 a 412).

Em 9/9/2010, o Sr. Diretor-Geral autorizou a despesa, nos termos do art. 26, "caput", da Lei nº 8.666, de 1993, do Processo nº 1011012 000094/2010 – Inexigibilidade de Licitação, adotada com base no art. 25, I, do mesmo diploma legal, em favor da empresa Editora Forense Ltda.